Graça Fernandes em entrevista a "a Página"

Sociedade que consente a exploração é sociedade violenta e gera a violência

É doentio explorar os sentimentos de quem sofreu alguma violência

Os professores não estão preparados para enfrentar os problemas da violência

Licenciada na área de ciências Histórico-Filosóficas, Graça Fernandes foi professora de História no ensino secundário e particular entre 1960 e 1985. Participou e coordenou diversos grupos de trabalho na área do desenvolvimento curricular no pós 25 de Abril. Mais tarde, iniciou-se na formação de professores e foi orientadora na área de História. Depois disso ingressou na Escola Superior de Educação de Lisboa para leccionar metodologia de História e participou nos grupos de trabalho para a unificação do ensino secundário.

Actualmente, é directora do núcleo de Lisboa Centro de Formação Instituto Irene Lisboa, cargo que ocupa desde 1993, tendo desenvolvido, desde então, investigação na área dos conflitos e indisciplina na escola. Nesse âmbito, publicou, para além de outras obras, o livro "Indisciplina na Sala de Aula". Mais recentemente, tem trabalhado directamente com os professores nas escolas sobre o tema da indisciplina, que confessa ser uma actividade que muito lhe agrada. Uma dupla experiência, de vida e de conhecimento, que Graça Fernandes acedeu partilhar nesta entrevista.

Violência e indisciplina são dois conceitos que habitualmente se (con)fundem. Qual deles estará realmente presente na escola?

Para que esses conceitos não se fundam e, sobretudo, para que não nos confundam, julgo útil começar por clarificar o significado que lhes dou em contexto escolar. Sublinho o escolar. Assim, considero a indisciplina inerente à instituição escolar, própria das relações e inter-relações que aí se desenvolvem e dos objectivos que aí se prosseguem. Os actos de indisciplina são, muitas vezes, infracções das regras criadas pela escola para assegurarem o seu bom funcionamento e, também por conflitos que, sendo frequentes entre os alunos, o são também entre alunos e professores e pessoal não-docente. Revestem múltiplas formas e manifestam-se por um número ilimitado de ocorrências, das quais existe um repertório riquíssimo na memória de cada adulto escolarizado.

Os actos de indisciplina são sentidos pelos professores não só como modos de obstrução do seu trabalho, impedindo a tranquilidade da aula, mas ainda como uma ofensa ao instituido, traduzindo falta de consideração e respeito.

A indisciplina pode representar, para o professor, uma violência dificilmente suportável, do mesmo modo que o aluno pode sentir como violência a imposição de uma aprendizagem que não está apto a fazer, de um ensino que não entende, de actividades de que não gosta...

Mas não é, julgo eu, a esta violência que a sua pergunta se refere. Será, antes, à violência manifestada em agressões, em extorsões, na opressão e humilhação do outro, na destruição de espaços e equipamentos.

Estas formas de violência, assumindo já contornos de criminalidade, ocorrem em algumas escolas, atemorizando, quando não aterrorizando, os jovens e os adultos que aí trabalham e afectando negativamente as aprendizagens, o

trabalho e a tranquilidade.

Coexistindo em muitas escolas, a indisciplina e a violência são, no entanto, fenómenos diferentes na sua origem, na sua natureza e nas estratégias a adoptar no seu enfrentamento. Circunstancialmente, são, podem ser, convergentes nos seus efeitos: enfraquecer o ânimo dos professores, deteriorar o clima das escolas, destruir a relação pedagógica, reforçar o insucesso.

A violência é gerada por uma sociedade violenta, desnorteada, opressora que consente a pobreza, a miséria e a exploração. As crianças e jovens que vivem uma vida violenta são portadores de uma "cultura de violência" que transportam e instauram na escola, desde logo nas situações pedagógicas que lhes são impostas. Há grupos de alunos que, nas escolas, sentindo-se obrigados a passar muitas horas por dia em tarefas que, para eles, não têm sentido, manifestam comportamentos violentos que atingem outros alunos, crianças e jovens indefesos, atemorizáveis, facilmente exploráveis, sobretudo por grupos organizados e frequentemente liderados por marginais.

Cabe reconhecer que estas situações não se manifestam em todas as escolas, felizmente, nem em todo o país. Emergem nos grandes centros urbanos, sobretudo em algumas zonas desses centros. Manifestações de violência existem apenas em algumas escolas e sendo as suas causas eminentemente sociais, o seu enfrentamento exorbita do plano pedagógico. Em contrapartida, em todas as escolas existem manifestações de indisciplina cuja intensidade, frequência e gravidade dependem de algumas variáveis ? a relação aluno(s) com o(s) professor(es), o modo como este gere o tempo e os recursos, estratégias e actividades que utiliza, o "clima" da escola, a democraticidade da vida escolar. É, pois, na escola que a indisciplina terá de ser enfrentada...

Admitindo que existe um crescimento dos casos de violência e indisciplina na escola, não estará este tema a ser empolado pela comunicação social? Isto é, não terá a percepção dos acontecimentos passado a ser "selectiva", não deixando agora "passar" o que anteriormente era relativizado?

Julgo que sim. Ultimamente os órgãos de informação e comunicação social têm feito grande cobertura dos actos de violência, nomeadamente daqueles que ocorrem nas escolas, dando-lhes um tratamento sensacionalista. Parece-me que, muitas vezes, estão apostados em explorar o dramatismo das situações e a emotividade dos seus públicos. As notícias que envolvam alunos e escolas interessam a grande parte da população, porque, de um ou de outro modos, muitas pessoas sentem-se afectadas por aquilo que acontece nas escolas.

Do meu ponto de vista, se não é saudável a exploração dos sentimentos ? dos que sofrem a violência e de todas as pessoas que são público ? são muito, mas muito, graves os efeitos dessas notícias naqueles que trabalham nas escolas, particularmente nos professores, nos quais induzem sentimentos de vitimização, convencendo-os de que a sua profissão é de "alto risco". Em virtude da mobilidade do corpo docente, as notícias sobre actos de violência ocorridos numa só escola podem atingir grande número de professores, individualmente, e como classe. Podem atemorizá-los e contribuir para que assumam comportamentos e sentimentos de impotência que, em muitos casos, não se justificam.

Esta apreciação não significa que deseje ver limitada a liberdade de informação, coartado o direito e o dever de informar. O que me parece desejável é que a informação situe e contextualise os acontecimentos, não deixando supor que são generalizáveis a todas as escolas. Se o não fizer, estará a contribuir para o agravamento do mal-estar docente, do stress dos professores e, talvez, a induzir grupos de alunos a chamar sobre si a atenção dos media para assim gozarem de uma projecção efémera.

Se um adulto é capaz de muito para aparecer numa notícia da TV, o que não fará um jovem adolescente para ser um "herói" durante um minuto que seja...

Será que nos podemos surpreender com a crise na escola quando "existe uma desordem global fora dela", como sugeriu o ex-governador civil de Braga, Pedro Bacelar de Vasconcelos, num recente encontro promovido naquela cidade?

A crise da escola não deve, de facto, surpreender-nos dado que as escolas não existem num "vazio" social. Se existe uma "desordem social", ela atinge, certamente, todos segmentos da sociedade, nomeadamente, todos os que trabalham nas escolas. Todavia, creio que será útil não nos deixarmos influenciar por "chavões" que facilmente circulam e são desprovidos de um conteúdo preciso. Julgo, assim, que seria útil saber o que é a "crise", como se manifesta, quem e como a produziu. Do mesmo modo, é indispensável definir com precisão em que consiste e como foi gerada a crise escolar, quais são os seus indicadores. Que conteúdos são os seus, quem a sofre, e de que modos. Só assim se pode determinar as responsabilidades imputáveis às políticas educacionais e procurar soluções para os problemas identificados.

Os alunos vivem numa sociedade em transformação, na qual persistem as mais abissais desigualdades. O desencontro de objectivos individuais e colectivos, a ausência de normas, a ilusória consistência dos valores geram antagonismos que se manifestam na instituição escolar cuja função actual é, no fim de contas, impor a normatividade de comportamentos e modelos culturais que não são aceites por todos os destinatários.

Quanto a mim, é inquestionável que a escola se deve abrir a todos e que todos aí devem ter lugar, o que não pode significar a sua homogeneização. Pelo contrário, a escola tem de encontrar modos diferentes de funcionar e respostas diferentes, encarando com frontalidade que já lá vai o tempo em que apenas frequentavam as escolas alunos socialmente seleccionados e que, actualmente, tem de aprender a trabalhar com aqueles que lá entram sem as competências sociais que ela tanto preza.

Nesse sentido, que responsabilidade poderá ter a escola na resolução de um problema que não é directamente causado por ela?

A escola tem os seus próprios problemas, que ela própria gera e pelos quais é responsável. Um deles, senão o principal, reside no facto de não ser capaz de reflectir criticamente sobre a "crise" e de não a enfrentar com a necessária lucidez.

A instalação de meios de vigilância nas escolas será a melhor forma de resposta?

Será, talvez, uma resposta possível, mas o problema permanece.

Os meios de vigilância podem ajudar a escola a defender-se de manifestações da violência que está fora da escola ou a evitá-los. Quem deve ajuizar da sua necessidade e eficácia são, naturalmente, aqueles que trabalham na escola. Saberão decerto que esses meios não solucionam os problemas mas que proporcionam alguma da protecção de que carecem para poderem realizar o seu trabalho.

O que posso dizer-lhe é que não gostaria de exercer o meu ofício numa escola como a que referiu e julgo necessária muita coragem e muito ânimo àqueles que teimam em trabalhar em tão difíceis circunstâncias.

Escolas degradadas e obsoletas, sem espaços para convívio ou para a prática de desporto, não gerarão nos alunos uma falta de gosto pelo espaço escolar e um consequente "gosto" pela vandalização de um espaço que deveria ser seu?

O espaço e o modo como está tratado exercem sobre nós grande influência: o conforto, a organização, a harmonia, a iluminação, a limpeza, são elementos decisivos do nosso bem-estar, tal como a desordem, a degradação, o desconforto, a agressividade, a fealdade, a sujidade, só podem ter efeitos negativos no nosso comportamento.

Se os locais onde vivemos são tão importantes para o nosso bem-estar e condicionantes dos nossos comportamentos, naturalmente o serão mais ainda nas escolas onde os alunos passam muitas horas das suas vidas em processo de formação.

Espera-se que a escola, para dar resposta ao que dela se exige, disponha de espaços não só de ensino mas também de lazer e convívio, todos eles bem cuidados e apetrechados. ? o mínimo a exigir. Nada pode explicar que ainda se dê o nome de escola a um edifício atravessado pela chuva e pelo vento, e onde as temperaturas são excessivamente baixas no Inverno, ou altas no Verão. Onde não há espaços de recreio, cantina, refeitório, biblioteca, instalações sanitárias dignas desse nome, onde os alunos, quando não têm aulas, sofrem as intempéries e o aborrecimento fruto da desocupação. Todos sabemos que a Educação Física, a Educação Visual, a Educação Tecnológica, as Ciências experimentais, a Informática requerem espaços e equipamentos próprios, sem os quais não há aprendizagem. Reduzir a escola a um conjunto de salas apenas apetrechadas com mesas, cadeiras e um quadro de giz, como muitas vezes acontece entre nós, é condenar alunos e professores a situações que só podem suscitar revolta. Do meu ponto de vista, é uma revolta salutar porque demonstra que alunos e professores têm capacidade para reagir. Não basta "escrever" reformas curriculares. É preciso dotar as escolas dos meios efectivos de ensino e aprendizagem. Não basta afirmar, por exemplo, que a Educação para a Cidadania é uma prioridade. É preciso que os alunos e professores se sintam tratados como pessoas, que as escolas sejam dotadas de condições de habitabilidade, conforto e segurança para que uns e outros aí se sintam bem. A ausência destas condições é apenas imputável ao governo e, tal como em muitos outros sectores da vida nacional, o "tentar remediar" tem sempre custos mais elevados (de vária ordem) do que o tentar prevenir. Investir nas condições acima enunciadas é, indubitavelmente, indispensável ao sucesso da escola e ao "bom comportamento" dos que lá trabalham.

Que papel têm os conteúdos televisivos no fomento do fenómeno da violência? Será que ela se tem vindo a substituir aos encarregados de educação na formação de comportamentos das crianças e jovens?

Seria necessário fazer estudos, conduzidos com rigor e credibilidade científica. Na sua ausência só posso dizer-lhe que há um grande número de crianças que passam tempo excessivo em frente de um televisor, consumindo os programas que lhes são proporcionados. E sabemos como estes programas são falhos de qualidade educativa... Tais situações verificam-se no plano da educação familiar, porque, com frequência, os encarregados de educação transferem para o televisor o papel não de "educar" mas de distrair e recrear a criança. Mas não sejamos demasiado severos para com as famílias. Ao fim de uma semana de desgaste, nem sempre resta a energia necessária para ser disponível. Entretanto, cabe criticar com toda a severidade a baixa qualidade da maior parte dos programas televisivos infantis e juvenis e também a ausência de uma intervenção do Estado neste domínio que

possa constituir-se como um modelo educativo.

E os professores? Estarão eles preparados para lidar construtivamente com este problema? Recentemente, um responsável de uma associação profissional de professores sugeriu a seguinte ideia: "os professores deixaram de poder bater nos alunos, agora são os alunos que batem nos professores. É preciso que um professor, quando um aluno se porta mal, dar-lhe um par de estalos". Concorda?

Pergunta-me se os professores estão preparados para enfrentar os problemas de violência que assolam as nossas escolas ? Em minha opinião, não estão preparados nem para as enfrentar e muito menos para as gerir "construtivamente", como diz. Esse tema não faz parte da sua formação, e quase me apetecia dizer, da vocação do seu ofício. Poderão manifestar mais ou menos bom senso e tacto quando são obrigados a lidar com a violência, tal como qualquer cidadão, sendo desejável que esse bom senso os aconselhe a não usarem a violência como retaliação. Se usarem o tal "par de estalos" a que se referiu, irão, certamente, agravar as circunstâncias. Os jovens violentos sabem enfrentar situações violentas, têm uma cultura própria que não os deixa intimidarem-se facilmente. O uso da força (e é preciso tê-la) com um aluno, só diminui e indignifica. É uma confissão de impotência e desespero.

Não sendo os professores preparados e vocacionados para resolver os problemas de violência que ocorram nas escolas, deveriam saber ao menos a quem pedir ajuda nesses casos. Ou seja, para além da intervenção policial, à qual compete, em última instância, afastar das escolas os delinquentes, utilizando os meios apropriados, de modo a garantir eficazmente a segurança dos alunos nas proximidades dos estabelecimentos, são necessárias equipas de profissionais que saibam diagnosticar e encaminhar os alunos violentos.

Acho verdadeiramente irresponsável que as autoridades educacionais remetam para os docentes e órgãos de gestão das escolas a solução de casos que não são do foro escolar.

O mesmo não se passa com a indisciplina. Os professores devem estar preparados para lidar com ela, estudando, analisando situações e problemas e experimentando estratégias. Seria bom que tal estudo fosse uma componente dos currículos da formação inicial e contínua dos professores, a fim de que, quando se lhes deparam as primeiras ocorrências, estivessem preparados para lhes fazer frente. Existe actualmente um grande número de estudos, alguns deles de muito bom nível, que ajudam os professores a perceber o que provoca a indisciplina, a analisar as variáveis a controlar, e como é importante o estabelecimentos de actuações concertadas com os seus colegas. Está disponível abundante bibliografia que proporciona e alimenta a reflexão individual e colectiva e propõe estratégias que, respeitando a personalidade de cada um, permitem o ajustamento dos professores à diversidade dos alunos, das situações de aprendizagem e da diferenciação dos processos didácticos.

É possível à escola, como instituição, fazer face às situações que excedem um limiar aceitável de indisciplina, constituindo-se como obstáculos ao sucesso das aprendizagens. E, desde que o corpo docente de uma escola se empenhe nessa tarefa colectiva, obtém resultados. Conheço alguns exemplos.

A resolução dos fenómenos de violência não passará, então, em grande medida, pela mudança de relação entre os diversos actores do espaço escolar e pela crescente responsabilização e implicação dos alunos na tomada de decisões?

Estou convencida de que o relacionamento, sobretudo a relação que o professor estabelece com o aluno e com a turma, é fundamental. Os alunos são extremamente sensíveis ao modo como são olhados e ouvidos. Privilegiam acima de tudo essa relação baseada no respeito. Esperam e desejam que o adulto procure compreendê-los, seja firme, honesto e justo. Se a relação se constituir nesta base, são capazes de corresponder com respeito e até com afecto, fazendo aquilo que julgam que agrada ao professor. Caso contrário, também são capazes de fazer todos os distúrbios para o perturbar.

O respeito não se demonstra com palavras e declarações de princípio, mas através de actos e atitudes, de entre as quais destaco aquelas que enunciou: a responsabilização e a implicação na tomada de decisões. Um exemplo: a construção das regras que deverão reger o trabalho e o convívio na sala de aula. A estipulação de regras no início do ano lectivo, dizem todos os autores, é indispensável ao normal funcionamento da classe. Decerto, mas não devem resultar de uma imposição unilateral. O seu efeito será tanto melhor quanto mais aprofundada for a participação dos alunos no seu estabelecimento, individualmente, e em assembleia de turma, juntamente com o professor e após o debate dos problemas. Se, para cada regra que consideraram importante, estabeleceram as consequências do seu incumprimento, se as regras se aplicarem ao professor do mesmo modo que aos alunos, haverá um funcionamento democrático da turma, em que cada um pode expressar livremente a sua opinião e a decisão colectiva será por todos respeitada.

Além do estabelecimento das regras, da atenção e cuidado que põe na relação, o professor evitará muitas ocorrências desagradáveis, se preparar as suas aulas, prevendo as actividades mais adequadas aos alunos e que mais os impliquem na sua própria aprendizagem e lhes confiram responsabilidades. Também neste domínio o professor pode encontrar apoio numa vasta bibliografia que o ajudará a diferenciar actividades e, sobretudo, a permitir que os alunos tenham um papel activo e, muitas vezes criativo, durante as aulas.

Finalmente, se o professor estiver atento e disposto a encorajar e a reforçar os comportamentos que demonstram interesse, e empenho, se recompensar os seus alunos com gestos e palavras que traduzem a sua satisfação, se valorizar os bons procedimentos, criará na sua aula um clima mais afectivo, fraterno e securizante.

Não deverão os alunos ser implicados directamente na resolução dos problemas, participando directamente na definição de objectivos, normas de funcionamento e regras de comportamento, incluindo as de ordem disciplinar? Nesse sentido, considera que a Assembleia de Escola pode ser um instrumento válido?

Dou-me conta que ao longo das últimas respostas já lhe dei a minha opinião sobre este assunto. Reafirmo que a democraticidade na vida da escola passa por considerar os alunos como pessoas responsáveis, capazes de intervir e de contribuir para a solução de inúmeras questões e problemas relativos à actividade escolar. O que não significa que os professores não detenham um poder que não é compartilhável com os alunos, o poder que lhes é conferido pelo seu saber profissional e uma autoridade inquestionável que lhe advém do exercício do seu papel de educador. Autoridade e poder que têm, no entanto, limites e que serão tanto mais incontestados quanto mais abertamente forem exercidos, não recusando o diálogo, o confronto de ideias, o respeito pelas posições alheias.

Existe, em cada escola, um elevado número de questões cuja gestão é da alçada dos alunos. Deve ser-lhes dada voz, estimulando o seu associativismo de modo que, organizadamente, possam intervir no colectivo que é uma escola, exercitando-se na defesa dos direitos e interesses comuns, na exposição dos seus problemas, na apresentação e execução de propostas, na participação em todos os acontecimentos que envolvam a comunidade escolar.

Sem querer retirar importância à Assembleia da Escola, relevo o papel da assembleia de turma como o espaço mais adequado ao exercício do direito de intervenção e do dever de participação, à resolução dos conflitos.

Entrevista conduzida por: Ricardo Jorge Costa